



CARTA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER À SOCIEDADE E AOS (AS) CANDIDATOS (AS) NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

Às vésperas das eleições de 2020 para escolha de prefeito (a) e vereadores (as), o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, órgão colegiado e paritário, composto por representantes do governo e da sociedade civil que atua na formulação de estratégias e no controle da execução das políticas públicas para as mulheres, vem publicamente manifestar sua preocupação com o desenvolvimento e execução de políticas públicas referentes às mulheres, expondo necessidades urgentes desse segmento social que representa mais da metade da população, reafirmando assim seu compromisso enquanto um órgão de controle social e de assessoramento da gestão municipal.

Cabe ao executivo e ao legislativo municipal promover o direito à vida na cidade e nos povoados do município, com qualidade e acesso a bens e serviços públicos, efetivando uma gestão com transversalidade da Política Municipal para as Mulheres, por meio da articulação intragovernamental, intergovernamental e do fomento à participação social, garantindo o monitoramento e avaliação das políticas públicas, a produção de estudos e pesquisas e o fortalecimento dos instrumentos e canais de diálogo no município.

Fortalecer a Secretaria Municipal de Política para as Mulheres:

- Garantir estrutura e orçamento próprio, para a SMPM, previsto no Plano Plurianual – PPA com capacidade política, administrativa e autonomia para executar programas e ações para as mulheres;

Fortalecer o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres:

- Indicar para representar o poder público no CMDM servidoras com conhecimento técnico, administrativo das políticas públicas e empatia com as políticas de reparação, proteção e especificidades para as mulheres;
- Garantir orçamento para financiar, formações, campanhas e o funcionamento do CMDM, no Plano Plurianual.

Fortalecer e apoiar a Política Municipal de Atenção Integral à Saúde da Mulher, visando a melhoria das condições de saúde das mulheres, sendo resguardadas as identidades e especificidades vinculadas às questões de raça/etnia, de geração, de orientação sexual e de mulheres com deficiência.

- Implantar aplicativo de celular para realização de agendamento, confirmações, cancelamento de consultas e exames nas Unidades Básicas de Saúde, evitando a locomoção, aglomeração, filas intermináveis de usuárias (os) nas unidades;

Conceição Amorim



- Aumentar o número de Unidades Básicas de Saúde e Unidades Básica de Saúde da Família no **Programa Saúde da Hora** de 04 para 20 UBS/USF. O programa busca ampliar o acesso aos serviços de Atenção Primária à Saúde por meio do funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (UBS) ou Unidades de Saúde da Família (USF) em horário estendido, através de horários mais flexíveis para a população, como horários noturnos e do almoço;
- Implantar 02 Centros de Parto Normal (CPN), no município, ofertando um novo modelo de cuidado para o parto de risco habitual;
- Universalização do Planejamento Familiar, ofertar todos os métodos contraceptivos no município, incluindo o serviço de esterilização cirúrgica voluntária através de laqueadura tubária;
- Estender o horário de atendimento da Política de Atenção à Saúde da Mulher – PAISM, aumentando a oferta de ações de saúde da mulher, incluindo atendimento nos horários noturnos;
- Implantar os Serviços de Saúde Especializados para o Atendimento de Mulheres em Situação de Violência.

Fortalecer uma cultura social igualitária entre mulheres e homens, não sexista, não racista, não lesbofóbica, mediante apoio às políticas de educação de qualidade que assegurem tratamento igualitário entre mulheres e homens pelas instituições e pelos profissionais.

A educação tem como função social preparar a comunidade estudantil para o exercício da cidadania, para a vida em sociedade, para o convívio e respeito às diferenças. É necessário e emergencial desenvolver a prática pedagógica na perspectiva da Educação em Direitos Humanos desde as séries iniciais para a formação de uma consciência de seus direitos e deveres, enquanto parte integrante da sociedade.

Institucionalizar na educação práticas que:

- Abordem a importância das mulheres na história nas diversas sociais;
- Incentivem a leitura de livros escritos por mulheres;
- Promovam atividades de educação física que envolva todas e todos, valorizando a psicomotricidade;
- Incentivem debates sobre gênero, masculinidade não violenta, feminismo e empoderamento feminino na escola;
- Educação de qualidade que alcance todas as crianças e adolescentes do município, necessitamos de investimentos públicos pela construção de no mínimo 10 creches de tempo integral e 20 escolas de ensino infantil priorizando os bairros mais populosos e de maior vulnerabilidade econômica e social;
- Garantir a formação da categoria docente nos níveis de graduação, pós graduação *stricto sensu* e *lato sensu*;
- Formação continuada das(os) profissionais da educação, para atualização e qualificação do processo pedagógico e metodológico do ensino e aprendizagem.



Investir em políticas culturais, de esporte e lazer que assegurem tratamento igualitário entre mulheres e homens pelas instituições e pelos profissionais.

As ruas, praças e parques são espaços públicos onde a cultura e o esporte, o lazer e a diversão cumprem o papel de proporcionar a integração comunitária e de contribuir para melhorar a qualidade de vida, o bem estar e cidadania. Sendo, portanto, a rua, mais do que um lugar de circulação e a praça mais do que um espaço verde. É o local do encontro, da permanência, de acontecimentos, práticas sociais, manifestações da vida urbana e comunitária;

As mulheres e meninas das periferias, assim como as do centro da cidade, tem o direito de acessar bens e serviços públicos através de programas sociais, para garantir qualidade de vida e bem estar reivindicamos:

- Revitalização das praças dos bairros da periferia com Instalação de **Academias ao ar livre** com acompanhamento de profissionais habilitadas(os);
- Criação e execução de projetos culturais que desenvolvam ações das mais diversas vertentes artísticas, nas praças e espaços públicos em um processo contínuo de mobilização da sociedade na construção de vivencias comunitárias saudáveis e empáticas;
- Os riachos são partes importantes do contexto urbano, estes cursos d'água devem facilitar a drenagem de água pluvial, evitando alagamentos. Suas áreas entre os córregos e suas margens necessitam de proteção ambiental e investimento que produzam efeitos paisagísticos e funcionais como espaços de lazer e convivência, garantindo a preservação dessas áreas por parte da comunidade que vive no entorno e do poder público, chamadas pelos especialistas de "fundos de vales";
- A segurança dos espaços públicos, entre outras coisas, depende de áreas não habitadas com terrenos murados, com portões ou portas para não permitir acesso de terceiros e com calçadas para que não virem depósitos de lixos, situação prevista no Código de Postura do Município que precisa ser amplamente efetivado na cidade para segurança das e dos transeuntes, principalmente das mulheres e meninas.

Promover a política de atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.

- Articular a priorização do atendimento das mulheres em situação de violência nos programas de habitação social, inserção no mundo do trabalho, geração de trabalho e renda;

Concilia Amorim



- Garantir recursos orçamentários para custear a institucionalização e manutenção da rede de atendimento à mulher vítima de violência doméstica e sexual;
- Produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no município;
- Estender o horário de Atendimento do Centro de Referência e Atendimento a Mulher das 8h às 20h;
- Adequar e qualificar a Equipe Multiprofissional do CRAM com profissionais concursadas;
- Reequipar e qualificar a equipe multiprofissional da Casa Abrigo Dra. Ruth Noleto, com profissionais concursadas;
- Realizar campanha permanente de combate e prevenção à violência contra a mulher.

Promover autonomia econômica das mulheres da cidade e do campo, desenvolvendo ações específicas e exclusivas e contribuindo para a modificação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do município através da:

- Implantação de projetos de geração de trabalho e renda, com apoio técnico e financeiro na lógica da economia solidária, com foco nas famílias chefiadas por mulheres e mulheres vítimas de violência doméstica;
- Criação do Centro de Capacitação Profissional de Imperatriz - que ofereça curso de qualificação com mais de 40hs e insira as participantes nos programas de financiamento;
- Instituição da paridade no uso dos espaços comerciais dos mercados públicos, praças e outros, como: lojas, quiosques, mercados, praças, beira rio e demais áreas de lazer públicos garantindo que as mulheres chefes de famílias e mulheres em situação de violência, acessem prioritariamente esses bens e possam desenvolver o seu próprio negócio.

Articular a criação de projeto de lei que determine que as mulheres responsáveis pela unidade familiar tenham prioridade na aquisição de imóvel custeado pelo sistema financeiro de habitação.

Auditória de todas as unidades habitacionais que se encontram fechadas, alugadas ou empesadas dos programas habitacionais do município e redistribuição das mesmas para as famílias que realmente necessitam, priorizando as famílias chefiadas por mulheres.

Conceição Amorim
Conceição de Maria Amorim
Presidente do CMDM